



O MITO DA AUTONOMIA E A EXPANSÃO DAS FORMAS DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Prudêncio Hilário Serra Neto¹
Valena Jacob²

RESUMO: O artigo objetiva estabelecer, através de pesquisa bibliográfica, uma crítica do discurso que serve como base para justificar às práticas de flexibilização da mão de obra, sedimentando o caminho para uma realidade de precarização do trabalho e escravidão contemporânea. Difunde-se a noção que os trabalhadores devem empreender, buscar sua autonomia e sucesso fora da exploração de se viver empregado. O problema central é compreender, a partir de pontos de vistas diversos, se podemos falar de autonomia e liberdade dos trabalhadores nesses contextos ou, se eles apenas passam a depender de uma forma diferente do grande capitalista.

Palavras-chave: Trabalho análogo ao escravo; liberdade; mercado; flexibilização; economia solidária.

THE MYTH OF AUTONOMY AND THE EXPANSION OF CONTEMPORARY FORMS OF SLAVE LABOR

ABSTRACT: The article aims to establish, through bibliographic research, a criticism of the discourse that serves as a basis to justify the practices of flexibilization of the workforce, paving the way for a reality of precarious work and contemporary slavery. There is a widespread notion that workers must undertake, seek their autonomy and success outside the exploitation of being employed. The central problem is to understand, from different points of view, whether we can speak of workers' autonomy and freedom in these contexts or, if they only come to depend in a different way from the great capitalist.

Keywords: Slave-like work; freedom; Marketplace; Flexibilization; solidarity economy.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em “Direitos Humanos e Meio Ambiente” na temática “O trabalho análogo ao de escravo” pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará – UFPA. Bacharel em Psicologia e Advogado. Participa, atualmente, enquanto pesquisador, do Grupo de Pesquisa “Trabalho Escravo Contemporâneo” (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8608839500285752) e do Grupo de Pesquisa “Teorias Normativas do Direito” (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6812942504738548).

² Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (2000), mestrado (2005) e doutorado (2014) em direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Atualmente é professora da graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Diretora Geral do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA (04/05/2020). Pesquisadora da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do PPGD/UFPA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPQ: Novas formas de trabalho, velhas práticas escravistas (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5232633034974997) e Pesquisadora dos seguintes Grupos de Pesquisas CNPQ: Biodiversidade, Sociedade e Território na Amazônia - BEST Amazônia (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1337512272041455); Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8608839500285752) e Direito do Trabalho e os Dilemas da Sociedade Contemporânea dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8601349387287062.



O objetivo do artigo é estabelecer uma crítica do discurso que, em via de regra, serve como base para justificar às práticas de flexibilização da mão de obra, sedimentando o caminho para uma realidade de precarização do trabalho e, no extremo, leva às práticas de escravidão contemporânea. A mesma lógica é usada nos mais diversos setores produtivos, desde o estímulo a uma uberização do trabalho de forma mais geral e através de formas de economia chamadas de solidária, colaborativa, etc.

Em tais situações, difunde-se e se estimula que os trabalhadores devem empreender, buscar sua autonomia, como uma alternativa à exploração de viver empregado, uma espécie de chamado para o sujeito assumir o controle de sua própria vida e alcançar o sucesso – e um status social – que de outra forma seria impossível. Constitui-se, em linhas muito gerais, pelo retorno do trabalho ao ambiente doméstico, à produção familiar exercida quase exclusivamente por seus membros, o retorno a estruturas artesanais de manufatura, nesse contexto, o trabalhador – em teoria – volta a controlar o processo de trabalho e deter os meios necessários à produção.

Como esclarece Soares (2016) o modelo atual de desenvolvimento é capaz de combinar séculos de avanço tecnológico e científico – como os aplicativos que permitem algum tipo de medição de mão de obra, p.e. – com relações sociais e econômicas pré-capitalistas. A virada ocorre quando o antigo é maquiado e vendido como algo inovador capaz de revolucionar e garantir a autonomia dos trabalhadores.

Além disso, o cenário econômico atual aponta para um mundo cada vez mais sem empregos. Ainda que se possa divergir quanto à amplitude dessa afirmação, o fato de que o mercado, e também o Estado, supostamente não apresentam mais a mesma capacidade de empregar. Em tal contexto, é importante fazer um resgate e discutir a forma como Sen (2010) trata o mercado e, especificamente, a exaltação que faz à liberdade de troca, de transações sem impedimentos e a uma suposta necessidade de se garantir às pessoas o direito de interagir economicamente como – talvez – a ferramenta mais privilegiada para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade como um todo.

Quando contextualizamos a ênfase ao mercado e a crença da liberdade de participação no mercado em face da evidente crise do emprego experimentada em todo o mundo são inevitáveis algumas questões críticas que nortearão o estudo, tais como: será que as pessoas são livres para escolher o modo como vão atuar no mercado? Será que essa liberdade de participação não é ditada pelo próprio mercado? São perguntas para as quais Sen



(2010) não oferece respostas satisfatórias, daí a necessidade de confrontá-lo, criticamente, com outros autores.

Assim, o presente estudo está estruturado de modo a: na segunda seção trazer elementos fundamentais das ideias expostas por Sen (2010) em “Desenvolvimento como Liberdade”, pontuando eventuais críticas ao seu pensamento; na terceira seção, oferece-se uma alternativa à ideia de liberdade de participação no mercado como um vetor de desenvolvimento, apoiada no terceiro setor e na ideia de um suposto reencontro com uma democracia há muito perdida, nos termos propostos por Rifkin (2004); por último, na quarta seção, a partir da leitura de Wellen (2012) e também de Soares (2016), apresenta-se uma visão cética e crítica quanto ao modelo de desenvolvimento apoiado no terceiro setor, sendo, este, capaz de gerar mais precarização da situação dos trabalhadores do que, propriamente, resultados sociais benéficos.

O problema central, neste estudo, é compreender, a partir de pontos de vistas diversos, se de fato podemos falar de autonomia e liberdade dos trabalhadores nesses contextos ou, em verdade, apenas passam a depender de uma forma diferente do grande capitalista. A temática é cada dia mais relevante frente às reformas na legislação trabalhista que são impostas e, considerada à conjuntura nacional e internacional, tendem a se intensificar e diversificar.

2 AMARTYA SEN E A PERSPECTIVA DA LIBERDADE DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção tem por objetivo trazer alguns pontos principais contidos em “Desenvolvimento como Liberdade” de Amartya Sen (2010) que apontam a preocupação do autor com a necessidade de que sejam garantidas às pessoas o que chama de liberdade de participação no mercado. O objetivo, portanto, é expor o pensamento do autor de forma descritiva, contudo, serão levantados alguns questionamentos e críticas.

Sen (2010) procura demonstrar que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades, tal versão se opõe, ou é mais complexa, do que a visão que mais normalmente atrela desenvolvimento ao crescimento do PIB entre outros índices de natureza preponderantemente econômica.

Não desconsidera a importância desses indicadores, contudo, percebe-os como um meio para se alcançar a liberdade e não um fim em si mesmo. Além disso, indicadores



puramente econômicos não são capazes de apreender a realidade a partir apenas de números econômicos: como exemplo, pode-se citar os EUA, país que sustenta altíssimos índices e, simultaneamente, amarga alguns índices sociais péssimos compatíveis com países africanos mais pobres.

Em verdade, Sen (2010) considera a liberdade como o principal fim do desenvolvimento e aspectos como PIB, participação, etc., são constitutivos desse modo de perceber o desenvolvimento. Para o autor é fundamental, ao se falar em desenvolvimento, ou pleitear-se desenvolvimento, sejam eliminadas algumas situações fáticas que comprometem as liberdades tais como: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e estados repressivos.

Assim, Sen (2010) enumera 5 tipos de liberdades instrumentais que devem ser consideradas para promover a capacidade geral de uma pessoa e nelas, inclusive, incidirão as políticas públicas como uma forma de integrar e promover as diversas liberdades de forma conjunta, são elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Afinal, segundo Sen (2010), por que a liberdade é tão importante? É importante, pois ela implica no processo de desenvolvimento por duas razões: primeiro, pois qualquer avaliação de progresso deve considerar se houve aumento da liberdade das pessoas e, em segundo lugar, porque as pessoas não devem ser “meros passageiros” neste processo, devendo ter privilegiada sua condição de agente.

Tais razões são mutuamente reforçadoras a partir da noção fundamental que quanto mais responsáveis e conscientes formos do que está envolvido na questão das liberdades substantivas mais lutaremos para que elas sejam estimuladas.

Destaca a importância do mercado para o processo de desenvolvimento em função do crescimento econômico, progresso econômico global e que ele foi fundamental para a transição de um trabalho escravo para um trabalho livre. Entretanto, trata o mercado como algo inevitável, Sen (2010, p. 20) afirma que “[...] essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade”, ou, que há uma considerável perda social quando as pessoas são privadas da liberdade de troca. Aduz, ainda, que antes de se reconhecer essa importância do mercado devemos reconhecer a importância da liberdade de troca e de transações sem impedimentos.

Tal posicionamento sustenta às questões apresentadas na introdução: será que há, verdadeiramente, uma liberdade de troca? Será que as pessoas são livres para escolher o modo



e em que posição vão atuar nesse mercado? Será, por exemplo, que a participação em uma escala inferiorizada vale pelo simples fato de participar?

Em tal cenário, cabe destacar um exemplo que o autor relaciona a uma sociedade pré-capitalista:

Alguns dos debates relacionados ao terrível problema do trabalho infantil estão ainda associados a essa questão da liberdade de escolha. As piores violações da norma contra o trabalho infantil provêm da escravidão em que na prática vivem as crianças desfavorecidas e do fato de elas serem forçadas a um emprego que as explora (em vez de serem livres e poderem frequentar a escola). A liberdade é parte essencial dessa questão controvertida. (SEN, 2010, p. 48)

A questão parece ser tão controvertida que o próprio autor não consegue dizer com clareza o que pretende ou como entende o fenômeno. É óbvia a falta de liberdade no caso em tela, a pergunta correta poderia ser: quem determina essa liberdade de participar do mercado? Seria o próprio mercado? Sen (2010) não desenvolve tais respostas, mas oferece indícios que essa “decisão” estaria em algum lugar fora do próprio mercado.

Sen (2010, p. 42) afirma que as oportunidades de transações – ou sua negação – “[...] não depende da eficiência do mecanismo de mercado ou de qualquer análise ampla das consequências de ter ou não um mecanismo de mercado; ele se baseia simplesmente na importância da liberdade de troca e transações sem impedimentos”. Parece-nos sugerir, de alguma forma, ser o Estado o responsável por esse tipo de privação de liberdade.

Ainda nesta linha de defesa ao mercado, apresenta (2010, p. 42) mais um argumento a ele favorável, talvez mais controverso, de que “[...] mercados expandem a renda, a riqueza e as oportunidades econômicas das pessoas” e assevera que alguns casos o mercado pode ser contraproducente e apenas em alguns casos pode ser necessária regulação.

Contudo são argumentos bastante questionáveis. A maioria dos países vive hoje em uma economia de mercado surgida em meados do século XIX e que retirou da esfera social a questão econômica e a isolou num campo específico, considerado autorregulado. Para tal inovador empreendimento fora necessário que a própria sociedade se adequasse a essa lógica – do mercado – e, assim, elementos como trabalho, terra e moeda, tiveram seus naturais elementos humanos retirados e foram submetidas a lógica das leis de mercado, transformaram-se em mercadorias que seguiam a tendência de preços estabelecidos no próprio mercado, em outros termos, esses elementos passaram a ser valorizados do lado de fora e estranhamente ao sujeito. Toda a vida social acabou se tornando um prolongamento dessa esfera econômica. (POLANYI, 2012)



Nota-se, já por esse prisma, a dificuldade em se conciliar liberdade substantiva e um mercado que se diz autorregulador. Se a força de trabalho é considerada uma mercadoria e se o capitalista detém a propriedade dos meios de produção, o trabalhador acaba por ficar refém do mercado e dos movimentos em busca do incremento dos lucros.

Sen (2010) sustenta que além do mercado, diferentes instituições têm papel fundamental quanto ao desenvolvimento, entre elas, devemos reconhecer o papel dos valores sociais e dos costumes como fonte de influência quanto às liberdades que as pessoas estão certas ao prezar. Fica bastante claro que alguém determina uma escala avaliativa das liberdades certas em prezar. Assevera que como existem muitos tipos de liberdade, existe uma possibilidade explícita para se sopesar os diferentes tipos de liberdades, pautando-se pela relação entre vantagem individual e progresso social. Assim, as liberdades são um produto social e devem ser compatibilizadas com concepções de justiça e correção: “[...] os usos específicos que os indivíduos fazem de suas liberdades, dependem de associações sociais – particularmente da formação interativa de percepções do público e da compreensão cooperativa de problemas e soluções” (SEN, 2010, p. 48).

Especificamente sobre a liberdade, Sen (2010, p. 32) esclarece que “[...] a visão de liberdade aqui adotada envolve tantos os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais”. Neste contexto, a privação de liberdade pode advir de um processo inadequado (comprometimento de liberdades políticas e civis, p. e.), como de oportunidades inadequadas para realizar um mínimo que gostariam (impossibilidade de escapar de uma morte prematura, fome, etc.) e ressalta que ambas são fundamentais para o seu conceito de liberdade.

O autor confere um enfoque especial à expansão da capacidade das pessoas em levarem a vida que valorizam. Essa expansão é possibilitada por políticas públicas, mas, também podem influenciar o rumo das políticas públicas à medida que as pessoas exercem sua capacidade participativa sendo, assim, uma via de mão dupla e uma questão de dignidade³. A liberdade é importante para sua análise pelo seu viés avaliativo (essa liberdade, ou, a observação do quanto a sociedade desfruta de liberdade caracteriza o seu êxito) e pela sua eficácia já que a liberdade estimula o potencial das pessoas cuidarem melhor de si

³ Assumimos a ideia de dignidade humana conforme os pressupostos de Forst (2018), ao entender a dignidade humana em seu significado crítico e emancipatório, enquanto à reivindicação do status do sujeito em ser uma autoridade com igualdade de direitos no espaço social das razões. Nesse contexto, o indivíduo subordinado a uma determinada ordem é percebido como sujeito de justificação, ativo, não como um mero objeto, a um só tempo, é além de destinatário, autor destas mesmas normas.



mesmas e influenciar o mundo (homem enquanto agente do seu desenvolvimento, portanto, participante ativo da sociedade a qual faz parte).

Dando uma abordagem mais prática à sua teoria Sen (2010) discute a questão da pobreza e da desigualdade. Conduz a questionamentos importantes no sentido de como vemos normalmente a pobreza? Limitamos a uma visão de baixa renda, ou, consideramos outros fatores?

Sen (2010) considera que devemos considerar a pobreza enquanto uma privação de capacidades básicas que se reflete em muitos campos como: morte prematura, subnutrição, analfabetismo, etc. Uma análise apenas com base na renda pode ser incapaz de dar explicações mais precisas acerca das desigualdades. Como exemplo, cita os índices altos de desemprego na Europa. Lá, o eficiente modelo de proteção social consegue compensar alguma perda de renda, fazendo o problema parecer menor, mas, a questão do desemprego carrega consigo outros fatores importantes como a exclusão social, perda de autonomia, confiança, etc.

Como Sen (2010) reitera ao longo do livro, para ele o processo de desenvolvimento é a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, considera, assim, tal expansão como: um fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento, alertando seu caráter instrumental, ou seja, o uso de diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos com o objetivo de promover a liberdade, inclusive, deve-se observar que o estímulo a um determinado tipo de liberdade pode impulsionar grandemente outros, pois as liberdades em grande medida são inter-relacionadas e complementares.

Então Sen (2010) traz uma série de exemplos para sustentar a sua tese. Aduz que um incremento de oportunidades sociais (educação, saúde, etc.) pode estimular o crescimento econômico e reduzir as taxas de mortalidade. Os contrastes entre China e Índia evidenciarão essa relação.

Ambos caminham e fazem grandes esforços para uma economia mais aberta e orientada para o mercado, contudo, China e Índia apresentam alguns resultados bem diferentes que conduzem a noção de que a China está mais a frente no processo de desenvolvimento. Para o autor essa diferença reside no preparo social que confere a China uma maior capacidade de enfrentar essa economia de mercado. Existiu ali, mesmo antes de qualquer orientação para o mercado, a preocupação com educação e serviço de saúde o que permitiu uma altíssima parcela da população alfabetizada. Tal fato não ocorreu na Índia que convive com um sistema social hierarquizado agravando as desigualdades sociais o que



acarreta uma concertação elitista na educação superior, baixos investimentos em saúde e educação elementar. Contudo, até paradoxalmente, mesmo depois de apontar essas peculiaridades, afirma que a Índia tem a vantagem de ser mais democrática.

O autor sustenta sua abordagem não em utilidades ou bem primários, mas, sim, nas liberdades substantivas as quais chama de capacidade em levar uma vida que se tem razão para valorar, é, portanto, um tipo de liberdade. Este conjunto de coisas que as pessoas têm razão para valorar são chamadas de funcionamentos. A capacidade se constitui, assim, de combinações alternativas desses funcionamentos. Sen (2010, p. 105) sustenta que uma das vantagens dessa abordagem é que “a quantidade ou grau de cada funcionamento usufruído por uma pessoa pode ser representada por um número real e, quando isso é feito, a realização efetiva da pessoa pode ser vista como um vetor de funcionamento”. Por fim, pode-se falar em um conjunto capacitário que consiste nos vetores de funcionamento alternativos que a pessoa pode escolher, ou seja, é a esfera da liberdade, são as opções possíveis. Assim, a análise poderá recair tanto sobre os funcionamentos realizados (aquilo que a pessoa efetivamente faz) quanto sobre o conjunto capacitário (as opções que podem ser escolhidas na realidade).

Neste contexto de análise, Sen (2010) refere-se à pobreza enquanto uma conjugação de múltiplas variáveis, ou, para usar suas próprias referências, como a privação de um conjunto de liberdades substantivas que não se resumem apenas a renda baixa e que deve ser vista em termos desse conjunto capacitário, e apresenta três argumentos para isso: (1) que a pobreza pode ser sensatamente identificada em termos de privação de capacidades, pois a abordagem se concentra em privações que são intrinsecamente importantes (uma a análise que considera a renda baixa é apenas instrumentalmente importante); (2) existem outras influências sobre a privação de capacidades; e (3) o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e instrumental.

Mas, afinal, o que Sen (2010) quer dizer com isso? (1) a relação entre renda e capacidade não é uniforme, em alguns aspectos a pessoa pode não ter um controle integral sobre ela, por exemplo, é de se imaginar que um idoso tenha necessidades especiais muito específicas em relação aos mais jovens, o que acaba por limitar sua renda; (2) refere-se a um acoplamento de desvantagens entre privação de renda e adversidades na conversão de renda em funcionamento, em outros termos, voltando ao caso do idoso, uma idade elevada ao mesmo tempo em que limita a capacidade de auferir renda pode comprometer a conversão da renda em capacidades (lembrando que a compra de remédios, assistência médica etc., dividem espaço com outros desejáveis funcionamentos); (3) a análise que leva em conta a renda, adota



a divisão da renda por toda a família, não importa quantos sejam ou quantos gerem renda, a renda é considerada no todo, o que acaba escondendo como essa renda é distribuída na família; e (4) a privação relativa de renda pode significar privação absoluta de capacidades quando ser relativamente pobre em um país rico pode significar uma grande desvantagem em termos de capacidade, ou seja, quanto mais rico e opulento o país mais renda se precisará para participar da vida ali.

A perspectiva da capacidade para a análise da pobreza é importante, segundo o autor, pois retira o foco de um meio (renda) para os fins que as pessoas têm razão em buscar – o que tornaria os fenômenos sociais muito mais claros. Cabe resgatar um exemplo por ele trazido que diz respeito, de forma paralela, com o tema aqui proposto, a questão do desemprego.

Sen (2010) reitera que desemprego não é só perda de renda. Existem inúmeras outras privações que podem não sofrer melhora nem mesmo com algum auxílio, como seguro-desemprego. Para elucidar, faz uma comparação entre Europa e Estados Unidos, pois se considerarmos apenas a distribuição da renda somos levados a considerar que a Europa tem conseguido manter taxas menores de desigualdade de renda do que os EUA. Contudo, se desviarmos o olhar da distribuição de renda para o desemprego as diferenças se tornam drásticas – a Europa sustenta desempregos na ordem de 2 dígitos.

Não é objetivo aqui apresentar à exaustão o pensamento de Sen (2010) presente em “Desenvolvimento como Liberdade”, acredita-se que os pontos acima referidos são suficientes para suscitar o debate proposto e que fundamenta este estudo. Passa-se, então, a apresentar uma visão alternativa com o intuito de aprofundar a compreensão sobre a relação entre emprego e liberdade de participação no mercado.

3 POR UMA ERA “PÓS-MERCADO” E O REENCONTRO COM A DEMOCRACIA

O movimento percebido na história – e acelerado em tempos mais recentes – demonstra que o mercado acelera o passo rumo ao incremento da produtividade e lucratividade dependendo cada vez menos de mão de obra. Ainda, os Estados seguem a mesma lógica de reestruturação e também passaram a perder o fôlego enquanto empregadores em detrimento de máquinas estatais mais enxutas e alinhadas a uma visão neoliberal. Se mercado e setor público são incapazes, dentro dessa lógica de discurso, de gerar empregos suficientes qual seria, então, a solução para o emprego? Rifkin (2004) trata esta questão como uma preocupação vital neste novo tempo:



A transição de uma sociedade baseada no emprego em massa no setor privado para uma não baseada nos critérios de mercado para a organização da vida social exigirá uma reformulação da atual visão do mundo. Redefinir o papel do indivíduo em uma sociedade sem trabalho formal de massa é, talvez, a questão vital da próxima era.

Portanto, a presente seção tem por objetivo abordar essa problemática. Rifkin (2004) aponta como caminho uma atenção maior ao terceiro setor e a percepção de que ele pode representar uma alternativa viável ao mercado. Neste contexto aflora a importância de um reencontro com a democracia já que a participação passará a ocupar uma posição central.

3.1 O “VALOR HUMANO” DO TRABALHO PARA ALÉM DO MERCADO

O valor humano na modernidade fora atrelado a uma ideia de produtividade. Todavia, em tempos que máquinas substituem maciçamente os homens onde residirá afinal, o valor humano? Tal pergunta não pode ser respondida adequadamente sem que se destaque as relações entre mercado e governo.

Se trabalhadores têm diminuída sua importância o mesmo vem ocorrendo com o papel dos governos. Segundo Rifkin (2004) as grandes empresas multinacionais vêm ocupando posições tradicionais do Estado e exercendo um controle sem paralelo sobre os recursos globais, a mão de obra e o mercado, ao ponto de transferirem grande parte de seu poder político para tais empresas.

Tornamos mercados e governos como elementos centrais e nos esquecemos que sua existência, como os conhecemos, é notadamente moderna e remonta uma história muito recente de pouco mais de 100 anos. Antes disso o trabalho era fundamentalmente privado, desenvolvido em ambiente familiar, livre da racionalidade econômica e, assim, mais sensível a uma troca pautada em necessidades da comunidade. (RIFKIN, 2004; SILVA, 2008)

Assim, o valor humano nesta nova era poderia ser buscado no passado, diante da diminuição de importância tanto de governos quanto de mercados, caberia ao povo, conforme Rifkin (2004, p. 238) restabelecer “[...] mais uma vez, comunidades viáveis para amortecer tanto as forças impessoais do mercado global como as autoridades governamentais, cada vez mais fracas e incompetentes”.

Esse caminho alternativo não é algo a ser inventado. Ele já existe, mas seria eclipsado pela visão restrita dos setores como públicos e privados. Trata-se, por exemplo, do setor voluntário, neste, os padrões de referência do mercado dão espaço às relações comunitárias, o motor é o tempo dispensado a ajudar ao próximo e se materializam em



inúmeros exemplos que vão desde a ajuda a idosos até a construção de casas para os mais necessitados. (RIFKIN, 2004)

O setor independente nos Estados Unidos ocupa um espaço considerável, inclusive, não inferior ao ocupado por Estado e mercados. Contudo, sua importância em estudos científicos é mitigada. Nas escolas americanas a íntima relação entre o povo americano e o serviço voluntário é escondida, no seu lugar, são difundidas ideias sobre o êxito do mercado e a importância do equilíbrio trazido pelo sistema representativo de governo. E, visões como a de Sen (2010), sobre uma inevitabilidade e até uma naturalidade do mercado acabam sendo largamente difundidas como se não existissem alternativas. Segundo Rifkin (2004, p. 245):

O terceiro setor incorpora muito dos elementos necessários para uma contundente visão alternativa ao ethos utilitário do mercado. Ainda assim, o espírito da economia social ainda não se solidificou em uma poderosa visão de um mundo compensatório, capaz de definir uma ordem do dia para uma nação. Isso se deve em grande parte ao extraordinário poder que os valores do mercado têm exercido sobre os assuntos dos Estados Unidos.

A difusão do terceiro setor, a percepção de uma solução compartilhada e comunitária para problemas que até então são equalizados pelo mercado, uma visão mais solidária e menos individualista, dentre outros fatores, acaba por colidir com os interesses ligados à visão da economia de mercado e uma cultura do consumo. E ameaças tendem a ser repelidas, sobretudo quando está em xeque paradigmas como o da produtividade, lucro e consumo de massas. Um outro rumo se tornaria necessário, caminho este que:

[...] permita aos trabalhadores se beneficiarem dos ganhos de produtividade, com semanas de trabalho menores e renda adequada, mais tempo livre existirá do que em qualquer outro tempo da história moderna. Esse tempo livre poderia ser usado para renovar os vínculos comunitários e rejuvenescer a herança democrática. Uma nova geração poderá transcender os limites estreitos do nacionalismo e começar a pensar e agir como membros comuns da raça humana, com compromissos compartilhados entre si, a comunidade e a biosfera maior. (RIFKIN, 2004, p. 247)

Rifkin (2004) não esconde a nota utópica e revolucionária destas ideias sem considerar, todavia, um caminho impossível já que adverte que a substituição dos homens por máquinas foi no passado um sonho quase utópico e fantástico, posto em prática em um curtíssimo espaço de tempo.

3.2 TERCEIRO SETOR E SEUS EFEITOS

Nota-se o potencial transformador na aposta de Rifkin (2004) para um mundo pós-mercado. Sem dúvida serão inúmeros os efeitos dessa transformação que vão desde a



necessidade de uma redefinição do papel dos governos até mesmo a forma que se concebe os salários na atualidade. Temas que precisam ser mais bem abordados neste tópico.

Uma primeira grande transformação apontada por Rifkin (2004) diz respeito ao papel a ser desempenhado pelos governos. Deve haver um deslocamento de prioridades, do foco na economia de mercado para interesses mais alinhados com a economia social. Assim, os governos terão papel essencial no suporte e na coordenação de atividades a serem promovidas pelo terceiro setor, notadamente, serviços sociais básicos como construção de habitações, serviços de saúde, etc. O discurso pelo terceiro setor não pode ser subterfúgio para, como aduz Rifkin (2004, p. 250) “[...] forçar a desregulamentação da indústria, diminuir impostos corporativos e efetuar cortes em serviços sociais e programas de habilitação para os trabalhadores pobres e àqueles encurralados abaixo da linha de pobreza”.

Outra transformação importante diz respeito a forma de remunerar o serviço voluntário. Rifkin (2004) aponta dois caminhos possíveis: o salário indireto e uma espécie de salário social por serviços comunitários.

O primeiro tipo se refere à ideia de dedução do imposto de renda das horas destinadas ao trabalho comunitário como forma de incentivo à prática filantrópica. O segundo, mais complexo, decorre da crença de melhor distribuir os ganhos de produtividade decorrentes da substituição de homens por máquinas, vinculando uma renda mínima a determinado serviço comunitário. Rifkin (2004, p. 257-258) sustenta:

[...] os governos estaduais e federal também deveriam considerar o pagamento de um salário social como alternativa aos pagamentos da previdência e benefícios para os americanos permanentemente desempregados, dispostos a ser retreinados e empregados em trabalhos no terceiro setor. O governo também deveria conceder isenções a organizações sem fins lucrativos para ajudá-las a recrutar e a treinar os pobres para cargos em suas organizações. (...) Um salário social adequado daria a milhões de pessoas desempregadas, trabalhando em milhares de organizações comunitárias, a oportunidade de ajudarem a si próprios. (...) Além de proporcionar um salário social para os cidadãos mais pobres, também deveria ser seriamente considerada a ampliação do conceito de renda social que incluísse salários sociais para trabalhadores especializados e até mesmo cargos administrativos e trabalhadores profissionais cujo trabalho não é mais valorizado ou necessário no mercado.

Fica clara a necessidade de uma ampla revisão daquela postura que vincula trabalho – aquele produtivo e moderno – e cidadania. Como fora dito, no fundo, estamos em uma encruzilhada em que na falta de trabalho devemos nos perguntar como permitir que as pessoas alcancem cidadania?



Neste sentido, Silva (2008) aponta que o tema desemprego em sua vertente contemporânea passa por uma questão bastante complexa. Ora, se durante a história do trabalho moderno ele se afirmou como um elemento de integração social e afirmação de cidadania para os mais pobres – que não dispõe de qualquer outra propriedade além de sua força de trabalho – o que acontece quando esse tipo de trabalho começa a se tornar, cada vez mais escasso? Se os mais pobres não têm, ou não conseguem, trabalho, como se afirmarão enquanto cidadãos?

A resposta fornecida por Silva (2008) difere da fornecida por Rifkin (2004) por este agregar à ideia de renda básica uma contrapartida: o trabalho social. Como ficou claro até aqui, acredita-se na escassez de emprego e em tal caso, a aposta dos estudos é para a quebra do vínculo entre trabalho e renda como solução para atual crise.

Nesta linha, Silva (2008) aponta o Brasil como o primeiro país a instituir uma lei de renda básica universal que, contudo, ainda não foi implementada, sobretudo, pelo conflito de interesses de uma sociedade cada vez mais caracterizada por processos de mercadorização e pelo fato de que a instituição de uma renda básica, com a quebra dramática da vinculação restrita entre trabalho, renda e cidadania, implicariam na redução da dependência dos mais pobres em relação ao mercado.

Frente a todas as pesadas críticas e os interesses em jogo na arena política a renda básica de cidadania, gradualmente, mudou de foco. Perdeu parte de sua universalidade quando se destinava a todos os indivíduos, migrando para a ideia de família e sujeita a condicionantes como educação, etc. Tal visão foi formalizada pelo programa Bolsa Família que acabou por englobar inúmeros outros instrumentos similares de transferência de renda.

Silva (2008) destaca que o programa Bolsa Família foi utilizado como forma de suprimir a importância da Lei de Renda Básica capitaneada por Suplicy, opositor de Lula nas prévias eleitorais promovidas pelo Partido dos Trabalhadores. O autor sugere que a população perdeu nesse jogo de vaidade política. A proposta de Lula mantém e reforça a lógica que vincula trabalho e cidadania. O projeto sonhado por Suplicy, pelo contrário, além de quebrar essa visão, é muito mais sensível à atual crise enfrentada pelo trabalho.

Outra questão que merece ser destacada é acerca de onde virão os recursos para financiar os projetos e pagar a mão de obra empregada no terceiro setor. A saída é fundamentalmente, em linhas gerais, os tributos e uma política fiscal voltada a redirecionar recursos, estimulando atividades benéficas e desestimulando as atividades contrárias a esse novo ideal, o que sem dúvida merece um estudo mais detalhado e com profundidade.



Nota-se, com base em Rifkin (2004), que o terceiro setor ao redor de todo o globo, sobretudo na década de 1990, período de análise do autor, está em franca ascensão de modo que na introdução da edição de 2004 de sua obra chega a falar em uma moeda social correndo paralelamente à frieza da moeda do mercado. A dedicação ao trabalho voluntário, sem qualquer distinção, pois todo o serviço, seja ele qual for, vale a mesma coisa, gera uma espécie de dólar-tempo e esta poupança pode ser permutada – sem haver uma barganha – em serviços de outros ou, até mesmo, em alimentação, vestuário, etc.

Segundo Rifkin (2004) algumas iniciativas nesse sentido já estão sendo colocadas em prática nos EUA. Resta, contudo, que os esforços caminhem na direção de uma moeda social nacional que conviva com a moeda do mercado expandindo, sobremaneira, as potencialidades humanas através do terceiro setor.

3.3 TERCEIRO SETOR E O REENCONTRO COM A DEMOCRACIA

Frente a todos os argumentos apresentados até aqui podemos observar que o mercado, ao contrário do que muitos acreditavam e ainda sustentam até hoje, mostrou-se absolutamente incapaz de se autorregular, além disso, o mercado também não fornece espaço para desenvolvimento de liberdades substantivas, nos moldes como sustenta Sen (2010) e, também, o avanço do mercado minou substancialmente o campo da política tornando todas as relações sociais questões mercadológicas, dificultando a percepção de que existe um horizonte possível para além do mercado.

As manifestações do terceiro setor parecem ser o caminho privilegiado para uma ruptura radical com esse paradigma, permitindo uma disseminação, por todo o mundo, de movimentos democráticos sendo o veículo capaz de fazer virem de baixo as vozes e as opções a serem seguidas, além disso, quando muitos por sua condição econômica não tem poder para se fazerem ouvir, são essas associações que acabam por ir a frente de batalha, invertendo-se os papéis nesse jogo de poder. São inúmeros os potenciais democráticos, para muito além da geração de empregos. Organizações Não Governamentais lutam por questões ambientais, organizam-se para cuidar de doentes no mundo todo, patrocinam infraestrutura básica, entre inúmeras outras possíveis formas de atuar. Estaríamos diante, pois, de possibilidades reais de novos caminhos que, consoante Avritzer (1996, p. 14), conduzir-nos-iam:

[...] às teorias capazes de conciliar a aceitação do papel desempenhado pelo mercado e pelo Estado, com a perspectiva de fortalecimento de uma terceira arena capaz de proporcionar à sociedade instrumentos de defesa contra processos de mercantilização e burocratização das relações sociais.



Portanto, deve-se zelar pelo enriquecimento das práticas políticas democráticas, fortemente mitigadas pelo movimento da modernidade que trouxe uma priorização dos sistemas econômicos e burocráticos sobre o mundo da vida, em outros termos, mecanismos de controle como poderio financeiro e poder político acabaram por avançar sobre as relações sociais comuns, esvaziando o espaço de diálogo e de interação social, trocando uma visão de bem comum por uma racionalidade utilitarista de maximização de interesses individuais em conflito, uma noção de homem social por outra de homem isolado e egoísta.

De fato, atualmente, trata-se os mecanismos – sua racionalidade – do mercado e do Estado, como algo natural e inevitável e com isso eles próprios passam a ditar as regras do que se deve ou não fazer e regulam a vida privada das pessoas bem como todas as relações sociais que desempenham. Sen (2010) faz isso quando trata o mercado como sendo tão inevitável quanto a linguagem e, mais ainda, quando liga estritamente liberdade e desenvolvimento com a necessidade de participação no mercado.

Em oposição a essa restrita visão de participação, para Avrizter (1996, p. 20):

[...] a democracia depende, para sua reprodução, não apenas daqueles processos que ocorrem no sistema político *strictu sensu* - aglutinação da opinião pública em partidos, atividades parlamentares e eleições -, mas depende também dos processos de formação e renovação de uma cultura política democrática. Tais processos estão ligados à formação de associações e à reprodução da solidariedade social.

Fundamental então, entender a democracia “[...] enquanto problema moral, isto é, enquanto procura intersubjetiva das regras mais adequadas ao desenvolvimento de uma sociabilidade coletiva” (AVRIZTER, 1996, p. 22). Nesse sentido, percebe-se que democracia é muito mais do que o simples processo. Destaca-se também que as decisões não precisam estar centralizadas no ente estatal, tampouco ter raízes no mercado.

Então, permanece um questionamento, seria inegável a vantagem do terceiro setor, quanto ao seu potencial de difundir a participação e a solidariedade social na esfera pública?

4 UMA VISÃO CÉTICA E CRÍTICA SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apresentamos nas seções precedentes dois pontos de vista bastante divergentes entre si, o de Sen (2010) que compartilha a crença sobre a liberdade de participação no mercado onde o desenvolvimento residiria, dentre outros fatores, na garantia desse tipo de liberdade e a concepção de Rifkin (2004) negando a capacidade do mercado em garantir desenvolvimento principalmente diante de uma crise profunda na geração de empregos, limitando fortemente as



possibilidades de geração de renda, a saída, seria, uma aposta no terceiro setor e no trabalho voluntário como uma espécie de moeda de troca. Nesta seção o objetivo é descrever um terceiro ponto de vista, oposto aos dois anteriores e questionando duramente a viabilidade do terceiro setor – e de formas de economia solidária mais especificamente – enquanto uma panaceia capaz de solucionar os problemas dos trabalhadores, todas essas formas de compreender o mercado e o trabalho afetam, sensivelmente, o modo pelo qual podemos apreender a autonomia desfrutada – ou não – pelos trabalhadores.

Wellen (2012) situa o início do discurso sobre economia solidária com o período de crise do sistema capitalista – a partir da década de 1970 e depois nos anos 1990 no Brasil. Tais períodos seriam extremamente favoráveis para o surgimento de posições mistificadoras e que consistiriam em soluções quase mágicas para problemas complexos, vendidas como projetos sociais capazes de solucionar qualquer mazela enfrentada pela sociedade.

Os estudos envolvendo a crise do capitalismo, considerando a hegemonia e o poder do capital, abordam o problema sem, contudo, questionar a viabilidade do projeto capitalista em si, tratando-o como um sistema eterno que, muito embora sujeito a crises, seria insubstituível. Tais críticas são centradas em agentes individuais e passam longe de enfrentar os problemas estruturais do capitalismo. (WELLEN, 2012)

Dentre os projetos de superação da crise do capital o mais notável é o chamado neoliberalismo, surgindo com o objetivo de contornar os baixos níveis de crescimento econômico, ancorando-se, fundamentalmente, na destruição de conquistas sociais, em uma defesa da supremacia do capital e na limitação do papel do Estado a fim de tornar a economia nacional competitiva tanto no plano interno quanto no plano internacional.

Consoante Wellen (2012) os teóricos neoliberais – de modo geral – tratam dos problemas enfrentados pelos Estados nacionais sobretudo, acusam uma inflação de gastos e um endividamento que comprometeria seriamente sua capacidade em desempenhar suas funções precípuas. Portanto, referem-se a existência de uma crise fiscal, de uma crise no modo de intervenção do Estado, uma crise administrativa e uma crise política, situando e restringindo a crise no interior do Estado e não como uma decorrência própria do sistema capitalista.

Assim, o projeto neoliberal, considerando sua missão de reerguer o sistema capitalista e restaurar as taxas de lucro, atuaria em duas frentes principais exigidas dos Estados: (1) a primeira visando garantir a estabilidade monetária e abrir caminho para um amplo processo de privatizações de serviços fornecidos pelo Estado; e (2) uma ofensiva



contra as conquistas da classe trabalhadora e o desmonte do estado de bem-estar. (WELLEN, 2012)

Desconsideram – ou escamoteiam – o fato da crise ter origem em processos de superprodução e superacumulação e apontam para a classe trabalhadora, em sua luta pela conquista de direitos e em seu excessivo poder de barganha as raízes da crise experimentada. Tais conquistas representariam um severo fator impeditivo para o funcionamento do livre mercado, daí a necessidade de minar e reduzir sua importância.

Nota-se, ao contrário do que comumente é falado, sobretudo no senso comum, que o neoliberalismo não defende um estado fraco, muito pelo contrário, o estado deve ser forte para atender aos interesses do capital e fraco, apenas, no tocante aos gastos sociais e em suas intervenções econômicas.

Segundo Wellen (2012) o projeto neoliberal cria uma visão de dois entes atomizados e, portanto, separados um do outro: o Estado, supostamente fraco e incompetente e o mercado, este, considerando suas características específicas, restringir-se-ia a seu papel econômico. Restando um vácuo de quem seria responsável pelo papel social.

Nessa esteira surgem os projetos de economia solidária que, em essência, não atacam nem questionam o modelo de produção capitalista, buscando apenas mudanças laterais e soluções dentro do próprio sistema. Seriam, antes, instrumentos utilizados para garantir alguma legitimidade ao estado neoliberal, mesmo diante do esfacelamento de direitos sociais e o crescimento de conflitos. Funcionando como uma forma de combater as pressões da classe trabalhadora e com um benefício duplo adicional: (1) gerar precarização e (2) patrocinar uma apatia política, apresentando-se como única alternativa possível em um cenário de caos. (WELLEN, 2012)

Tais projetos são revestidos pela ideia de que essas novas formas de produção melhorariam a vida dos trabalhadores tornando, em consequência, às pressões por melhorias nas condições de trabalho algo desnecessário e defasado. Entretanto, como sustenta Wellen (2012), às mudanças recentes apontam para ampliação da exploração dos trabalhadores, possibilitada pelo enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente, alvo fácil para formas flexíveis e precárias de trabalho. Não a toa, o aumento notável – e os esforços legais nesse sentido – da terceirização e de formas de subcontratação.

Portanto, a visão corrente – tal qual a sustentada por Rifkin (2004) – é a de que a economia solidária seria uma alternativa no instante em que Estados e mercado, em crise e



fragilizados, deixam de ocupar seus espaços. Wellen (2012) discorda frontalmente dessa crença à medida que tais experiências não podem ser dissociadas do capital e, ainda, assevera que tais formas de organização social estão muito longe de se ocupar em reduzir o desemprego.

Ponto relevante no pensamento sustentado por Wellen (2012) é o seu questionamento quanto ao grau de independência desfrutado por essas organizações solidárias. A autonomia seria, então, o problema mais difícil a ser enfrentado por aqueles que se debruçam sobre a temática. As análises variam desde a ideia da possibilidade de autonomia mesmo com um grau de dependência, entendida como parceria, até uma negação da existência de uma real autonomia, percepção compartilhada pelo autor.

Assim, Wellen (2012, p. 91) acusa uma falsa autonomia que comportaria duas qualidades: (1) “[...] uma que fantasia a independência da organização perante o modo de produção que a subordina [...]”; e (2) “[...] imagina que os seus integrantes estariam pairando sobre a realidade [...]”. O autor chama atenção para o fato de que os integrantes dessas organizações – os trabalhadores – não vivem em uma abstração social, antes, são parte da realidade vigente ainda que não percebam, portanto, estão inseridos em uma lógica do capital que acaba por impregnar no comportamento de todos nós.

Dessa feita, considerando que a principal diferença entra tais organizações solidárias e as demais, decorreria de sua habilidade em compatibilizar o mercado capitalista com valores solidários estaria implícita uma profunda contradição interna entre ética e solidariedade com uma subordinação ao mercado capitalista, palco onde se desenvolvem às relações econômicas, surgindo uma questão importante de se o espaço interno estaria imune ao mercado capitalista. (WELLEN, 2012)

Wellen (2012) volta sua atenção, em especial, ao cooperativismo mas, provavelmente, caso a análise se desenvolvesse nos dias de hoje, outras formas de trabalho, que seguem, em maior ou menor medida a mesma lógica estariam contempladas. De todo modo, os defensores dessa forma de organização, apontam-na como uma síntese entre socialismo e capitalismo, possibilitando o capital sem capitalismo e uma socialização sem socialismo mas, entretanto, tem por objetivo, como já referido, escamotear as contradições do sistema social vigente, promovendo sua aceitação e legitimação.

Para Wellen (2012) essas formas de empreendedorismo tem um papel contrário aos direitos sociais. Lançam mão de posições mistificadoras para, de maneira instrumental, escamotear o real interesse capitalista por trás de um manto de solidariedade, atraindo-nos



para uma causa perdida. Portanto, apresentam ingredientes que servem muito mais para reforçar o sistema capitalista e, de alguma forma, auxiliá-lo.

Nesse sentido, o terceiro setor – dentre outras formas de economia alternativas – assume um papel fundamental para a consolidação do projeto neoliberal ao, dentre diversos fatores, desmobilizar a classe trabalhadora. E, para além disso, reforça uma prática neoliberal de responsabilização dos indivíduos por seus próprios problemas, desobrigando o Estado e permitindo um discurso de substituição dele pelo indivíduo, este, com uma suposta autonomia para a resolução de seus problemas e condições sociais. (WELLEN, 2012)

O próprio conceito de solidariedade é profundamente desfigurado, deixando de ter um caráter classista – portanto ligado às lutas por direitos sociais – para assumir um perfil individualista. Com isso, dilui-se o questionamento social, os problemas que afligem as pessoas são tratados como tendo suas causas e soluções nos próprios indivíduos. Há, portanto, a substituição do princípio da solidariedade, antes pautada pela luta por direitos universais, instaurando-se uma ideologia de autorresponsabilização que afeta, inclusive, a própria noção de responsabilidade social. (WELLEN, 2012)

Logo, tais empreendimentos sociais são perfeitamente funcionais ao projeto capitalista em sua fase mais avançada. Retira a responsabilidade do Estado quanto à políticas e direitos sociais, transferindo-os para os indivíduos. É, como assume Wellen (2012), o discurso mistificador do empreendedorismo social capaz de ampliar a teia de relações da ideologia neoliberal.

Há, por exemplo, uma visão consensual envolvendo os riscos das chamadas cooperativas – riscos igualmente aplicáveis aos contratos de parceria para a produção de insumos por parte da agricultura familiar – quanto a precarização de mão de obra e ampliação da exploração do trabalho. O próprio marco legal do Estado brasileiro cuida de afastar, ou negar, o vínculo empregatício entre os cooperados – também o faz com relação aos parceiros do agronegócio – com empresas tomadoras de serviços. Com isso, tais empresas desoneram-se da observância de direitos trabalhistas através da terceirização, aumentando suas taxas de lucro, através do esvaziamento dos direitos trabalhistas em prol de um regramento puramente civilista. (WELLEN, 2012)

A precarização, anteriormente citada, reflete-se, em grande medida, no alargamento das jornadas de trabalho, comprometimento das condições de saúde e segurança do trabalho, dentre outros fatores, mas, também, numa deterioração das condições de remuneração e pela inexistência de mecanismos de proteção de renda em casos, por exemplo, de acidentes



relacionados ao trabalho ou outros tipos de doença ocupacional que impeçam o trabalhador de realizar suas atividades para garantir sua renda. (WELLEN, 2012)

Segundo dados apresentados por Wellen (2012) os trabalhadores envolvidos com essa economia solidária trabalham em condições piores – também em termos de salários – com relação aqueles que se empregam no setor formal e tradicional. Há, um claro manto ilusório capitaneado por termos como autonomia e liberdade que escondem práticas de exploração e precarização. Vende-se a ideia de uma nova cultura, nela a carteira assinada – e até mesmo às lutas por mais direitos sociais – seria uma coisa ultrapassada.

Como esclarece Wellen (2012, p. 239):

Como o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário e não pela subjetividade dos integrantes dessas organizações e, como existe nessas experiências uma desvantagem produtiva considerável, o grau de exploração do trabalho (e a quantidade de energia física e mental despendida no processo de trabalho) será bem mais elevado que a média das empresas capitalistas.

Não a toa, como afirma Soares (2016), a acumulação flexível, inserida na cartilha neoliberal, tem por base a contratação de trabalhadores em formas alternativas aos tipos de contratos regidos pela legislação trabalhista, mantendo-se a precarização, alargando o trabalho escravo contemporâneo e escondendo-o sob formas de auto-emprego, trabalho voluntário, contratos de parceria, etc. A vantagem adicional é que tal mão de obra pode, facilmente, ser mobilizada ou dispensada, sem a necessidade de qualquer observância de regulações legais.

Tal contexto, como bem pontua Soares (2012), muda em grande parte o processo de trabalho, retirando-o do capitalista e transferindo-o para o trabalhador. Entretanto, o trabalhador continua dependendo da demanda da empresa para sobreviver, o salário que antes era depositado todos os meses, agora passa a ser regido por um pagamento por peça produzida que, por seu turno, esconde o aumento da jornada de trabalho necessária para a produção, pois para receber mais terá que trabalhar mais, sem qualquer regulação, através do trabalho informal, muito mais adequado à acumulação flexível. Gerando-se, como já ficou claro, uma ilusão de autonomia e liberdade desses trabalhadores pois tais termos são, deliberadamente, confundidos com um trabalho fora dos limites de uma empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi resgatar através, fundamentalmente, dos pensamentos de Sen (2010) e Rifkin (2014), como pode ser construído um mito de autonomia





e liberdade dos trabalhadores que, eventualmente, optam por aderir a empreendimentos solidários – em uma acepção mais ampla. Ambos os autores, em alguma medida, divergem quanto ao papel desempenhado pelo mercado quanto ao desenvolvimento humano, entretanto, nenhum deles, diferente do que fazem Wellen (2012) e Soares (2016) fazem críticas mais severas ao sistema capitalistas e suas inerentes contradições.

Entender adequadamente o papel desagregador do mercado nesse contexto é fundamental. Sen (2010), talvez por suas raízes na economia e sua trajetória profissional fortemente ligada ao mercado não percebe tal relação. Rifkin (2014), por seu turno, na defesa apaixonada pelo terceiro setor e por formas alternativas ao mercado, ignora os riscos sociais envolvidos em um projeto dessa monta, endossando às bandeiras do projeto neoliberal, ainda que não faça qualquer referência a ele.

Pelo o que ficou demonstrado neste artigo mesmo que o discurso por uma economia solidária seja, do ponto de vista ideológico, atraente e tenha uma aparência socialmente relevante, o fato é de que este discurso serve para esconder relações de profunda precarização do trabalho, conduzindo-nos, em muitos casos, à formas de escravidão contemporânea.

Economia solidária, contratos de parceria, uberização de atividades diversas, dentre outros exemplos possíveis, servem, como vimos, a um propósito claro e específico: buscar alternativas de contratação para as empresas que passem ao largo do ordenamento jurídico trabalhista brasileiro. E se sustentam, largamente, em função da condição social dos precarizados que, estimulados pelo Estado, aceitam e se submetem a qualquer tipo de trabalho, pois o que está em jogo é a sobrevivência.

Portanto, ideias como liberdade, autonomia e economia solidária são, fundamentalmente, mistificações, conceitos que não se sustentam quando estabelecemos uma análise mais crítica a partir das crises do capitalismo e das respostas dadas a essas mesmas crises, servindo, tão somente como um manto para esconder um busca cada vez maior por maiores taxas de lucro, às custas de direitos trabalhistas e da vida dos trabalhadores.

6 REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **A moralidade da democracia**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens políticas e económicas de nosso tempo. Lisboa: Edições 70, 2012.





RIFKIN, J. **O Fim do Empregos**: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M.Books, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J. P. da. **Trabalho, Cidadania e Reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

SOARES, Marcela. País dos megaeventos e da violação dos direitos trabalhistas e humanos. IN: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. GALVÃO, Edna Maria. (organizadores). **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro; Mauad X, 2016. pág. 211-236.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.